

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Paraíso Social de Aguada de Baixo

Demonstrações financeiras 2017

- ✓ Demonstração dos Resultados por naturezas 2017
 - ✓ Balanço em 31.12.2017
- ✓ Demonstração das alterações nos fundos próprios no período 2017
- ✓ Demonstração das alterações nos fundos próprios no período 2017
 - ✓ Demonstração dos fluxos de caixa 2017
- ✓ Anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

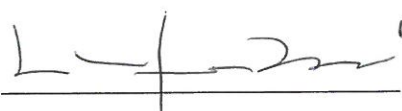
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	3-8	425.918,59	437.976,22
Subsídios, doações e legados à exploração	3-9-12.9	341.199,00	316.577,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3-7	(92.024,33)	(97.356,67)
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(145.547,63)	(149.874,54)
Gastos com o pessoal	3-10	(464.648,11)	(437.536,82)
Outros rendimentos	3-12.11	22.632,78	24.303,30
Outros gastos	3-12.12	(428,08)	(953,44)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		87.102,22	93.135,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3-5-6	(63.074,49)	(61.024,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.027,73	32.110,90
Juros e rendimentos similares obtidos	8-12.13	319,07	319,77
Resultados antes de impostos		24.346,80	32.430,67
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		24.346,80	32.430,67

Aguada de Baixo, 6 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

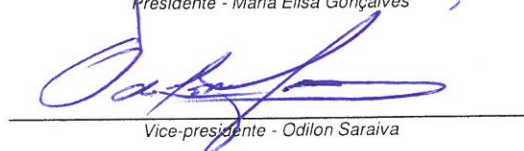
A Direção



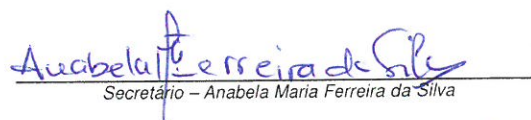
João Luis Morcela Rodrigues dos Reis



Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Anabela Maria Ferreira da Silva



Tesoureiro - Guilherme Rodrigues Abrantes



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

Euros

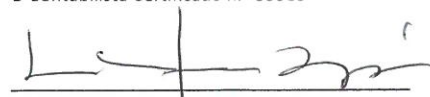
Unidade Monetária:

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3-5	1.672.364,01	1.698.932,04
Investimentos financeiros		1.870,33	1.224,57
Subtotal		1.674.234,34	1.700.156,61
Ativo corrente			
Inventários	3-7	5.168,01	4.810,66
Créditos a receber	3-12	34.046,20	29.034,68
Estado e outros Entes Públicos	12	2.079,64	4.810,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3-12	8.618,50	7.131,50
Diferimentos	3-12	4.080,46	3.522,25
Caixa e depósitos bancários	3-12	392.299,34	365.673,06
Subtotal		446.292,15	414.982,78
Total do Ativo		2.120.526,49	2.115.139,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3-12	1.163.299,44	1.163.299,44
Resultados transitados	3-12	408.472,67	376.042,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	3-12	402.103,79	417.293,62
Resultado Líquido do período		24.346,80	32.430,67
Total dos fundos patrimoniais		1.998.222,70	1.989.065,73
Passivo corrente			
Fornecedores	3-12	26.725,35	30.245,45
Estado e outros Entes Públicos	12	22.221,72	20.449,08
Diferimentos	3-12		336,35
Outros passivos correntes	3-12	73.356,72	75.042,78
Subtotal		122.303,79	126.073,66
Total do passivo		122.303,79	126.073,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.120.526,49	2.115.139,39

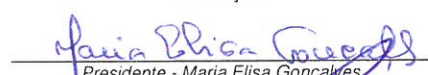
Aguada de Baixo, 6 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

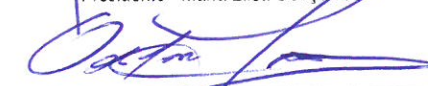


João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

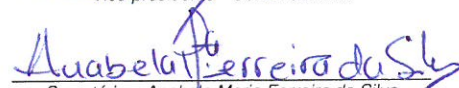
A Direção



Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Anabela Maria Ferreira da Silva



Tesoureiro - Guilherme Rodrigues Abrantes



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016**

Unidade
Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	3-12	1.163.299,44	332.317,11	437.907,30	43.724,89	1.977.248,74	1.977.248,74	
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			43.724,89	(20.613,68)	(43.724,89)	(20.613,68)	(20.613,68)	
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			43.724,89	(20.613,68)	(43.724,89)	(20.613,68)	(20.613,68)	
4-2+3 RESULTADO EXTENSIVO					32.430,67			
5 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					32.430,67	32.430,67	32.430,67	
6=1+2+3+4 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	3-12	1.163.299,44	376.042,00	417.293,62	32.430,67	1.989.065,73	1.989.065,73	

Aguada de Baixo, 6 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Direção

Luís Almeida

P *Paula Blaise Guedes*

V.P. *Paula Blaise Guedes*

S *Lucyela Ferreira da Silva*

T *Guilherme Rodrigues Soares*

V *Forge Rodrigues Gomes*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017**

Unidade
Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	1.163.299,44	376.042,00	417.293,62	32.430,67		1.989.065,73	1.989.065,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		32.430,67	(15.189,83)	(32.430,67)		(15.189,83)	(15.189,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8		32.430,67	(15.189,83)	(32.430,67)		(15.189,83)	(15.189,83)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				24.346,80			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10				(8.083,87)		(8.083,87)	(8.083,87)
POSICÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	1.163.299,44	408.472,67	402.103,79	24.346,80		1.998.222,70	1.989.222,70

Aguada de Baixo, 6 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

A Direção



P 

Vice 

S 

T 

Vice 

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

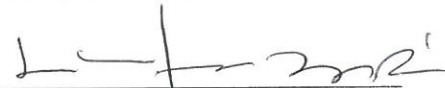
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade
Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	3-12	468.430,75	440.897,02
Pagamento a fornecedores	3-12	(208.505,50)	(249.670,61)
Pagamentos ao pessoal	3-12	(462.819,04)	(430.268,56)
Caixa gerada pelas operações		(202.893,79)	(239.042,15)
Outros recebimentos/pagamentos		257.791,17	313.173,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		54.897,38	74.131,75
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(35.328,19)	(15.958,51)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(35.328,19)	(15.958,51)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	12	6.648,23	6.320,87
Juros obtidos	8-12	408,86	449,98
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		7.057,09	6.770,85
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		26.626,28	64.944,09
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3-12	365.673,06	300.728,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3-12	392.299,34	365.673,06

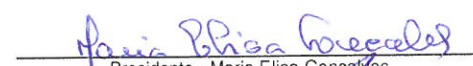
Aguada de Baixo, 6 de Março 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

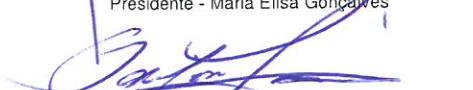


João Luis Morcela Rodrigues dos Reis

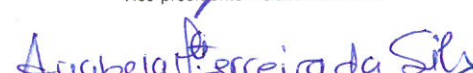
A Direção



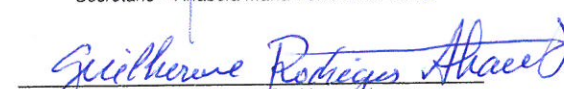
Presidente - Maria Elisa Gonçalves



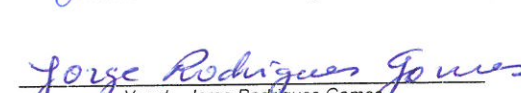
Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Anabela Maria Ferreira da Silva



Tesoureiro - Guilherme Rodrigues Abrantes



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes



Anexo

1. Identificação da Entidade

O PARAISO SOCIAL DE AGUADA DE BAIXO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, pessoa coletiva de utilidade pública, com estatutos publicados no **Diário da República n.º 274 de 23/11/1993, Série III**, e inscrita no livro da IPSS n.º 5 a folhas 139 com o n.º 58/93, com sede na Rua António Soares Almeida Roque n.º 5; 3750-031 Aguada de Baixo, concelho de Águeda e distrito de Aveiro. Tem como objetivo a prossecução de atividades de solidariedade social e o seu âmbito abrange principalmente a freguesia de Aguada de Baixo, do concelho de Águeda e lugares limítrofes. Em 2017 prestou cuidados nas seguintes resposta sociais:

- ERPI – Estrutura residencial para idosos;
- CD – Centro de Dia
- SAD – Serviço de apoio domiciliário

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de DF's
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho – Estrutura conceptual
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho – Norma Contabilística para Microentidades
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho – 28 NCRF
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho – NCRF - PE
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho – 2 Normas Interpretativas
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho – NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, resumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 12.3 e 12.9) e "*Diferimentos*" (Nota 12.4)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	de 10 a 50 anos
Equipamento básico	de 4 a 8 anos
Equipamento de transporte	de 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	de 4 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	de 2 a 5 anos

A Entidade revê periodicamente a vida útil de cada ativo.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	de 3 a 5 anos
Programas de Computador	de 3 a 5 anos

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo específico.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber - Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;



- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim do período de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo			
Terrenos e recursos naturais	300.788,35		300.788,35
Edifícios e outras construções	1.874.356,31		1.874.356,31
Equipamento básico	203.447,43		203.447,43
Equipamento de transporte	86.766,29	32.927,48	119.693,77
Equipamento administrativo	26.957,78	518,49	27.476,27
Outros Ativos fixos tangíveis	37.740,00	3.060,49	40.800,49
Total	2.530.056,16	36.506,46	2.566.562,62
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	501.436,06	48.117,92	549.553,98
Equipamento básico	199.112,54	1.049,19	200.161,73
Equipamento de transporte	81.265,94	8.850,20	90.116,14
Equipamento administrativo	27.048,18	38,00	27.086,18
Outros Ativos fixos tangíveis	22.261,40	5.019,18	27.280,58
Total	831.124,12	63.074,49	894.198,61

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo			
Projectos de Desenvolvimento	33.527,84		33.527,84
Programas de Computador	6.100,00		6.100,00
Total	39.627,84		39.627,84
Depreciações acumuladas			
Projectos de Desenvolvimento	33.527,84		33.527,84
Programas de Computador	6.100,00		6.100,00
Total	39.627,84	-	39.627,84

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.141,65	97.356,97		4.810,66
Total	5.141,65	97.356,97		4.810,66

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.810,66	92.381,68		5.168,01
Total	4.810,66	92.381,68		5.168,01

	2016	2017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	97.356,67	92.024,33

8. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	425.918,59	437.976,22
Quotas dos utilizadores	405.676,82	418.350,37
Quotas de sócios	4.522,00	4.647,00
Serviços secundários	15.719,77	14.978,85
Juros	319,07	319,77
Total	426.237,66	438.295,99

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	319.445,70	305.585,12
Comparticipações Segurança Social	319.445,70	305.585,12
Total	319.445,70	305.585,12

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, em 2017 e 2016, foram:

Assembleia geral: 3

Direção: 7

Conselho Fiscal: 5

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 era de 36, em 2017, reduziu para 33.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	370.309,02	354.850,04
Encargos sobre as Remunerações	82.758,02	77.740,61
Seguros de Acidentes no Trabalho	3.856,36	4.721,17
Outros Gastos com o Pessoal	7.724,71	225,00
Total	464.648,11	437.536,82

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Quotas	16.788,50	15.301,50
Perdas por imparidade	(8.170,00)	(8.170,00)
Total	8.618,50	7.131,50

12.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Crédito a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	12.908,73	7.904,59
Outras contas a receber		
Adiantamentos ao pessoal	40,00	40,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	21.000,30	21.090,09
Outros Devedores	97,17	
Total	34.046,20	29.034,68

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Stock produtos limpeza	1.140,06	1.332,17
Seguros	2.940,40	2.190,08
Total	4.080,46	3.522,25
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração - IEFP		336,35
Total		336,35

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.949,47	1.613,17
Depósitos à ordem	49.767,63	63.505,95
Depósitos a prazo	340.582,24	300.553,94
Total	392.299,34	365.673,06

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	1.163.299,44			1.163.299,44
Resultados transitados	376.042,00	32.430,67		408.472,67
Outras variações nos fundos patrimoniais	417.293,62	4.942,44	20.132,27	402.103,79
Total	1.956.635,06	37.373,11	20.132,27	1.973.875,90

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	26.725,35	30.245,45
Total	26.725,35	30.245,45

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.079,64	4.810,63
Total	2.079,64	4.810,63
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		447,47
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.451,50	3.722,69
Segurança Social	17.719,66	16.221,52
Outros Impostos e Taxas	50,56	57,40
Total	22.221,72	20.449,08

12.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos				1.669,11
Credores por acréscimos de gastos		17.522,97		54.197,35
Outros credores		54.051,58		1.724,73
Adiantamento de clientes/utentes		1.782,17		17.451,59
Total		73.356,72		75.042,78

12.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	15.105,07	4.671,02
Doações	6.648,23	6.320,87
Total	21.753,30	10.991,89

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	58.604,52	66.111,01
Materiais	10.927,34	10.253,57
Energia e fluidos	48.288,42	47.406,60
Deslocações, estadas e transportes	919,52	1.977,65
Serviços diversos (*)	26.807,83	24.125,71
Higiene e segurança	18.250,75	16.474,66
Seguros	3.886,73	4.537,20
Comunicação	4.089,10	2.523,81
Total	145.547,63	149.874,54

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1.795,80	2.920,80
Descontos de pronto pagamento obtidos	65,00	249,49
Outros rendimentos e ganhos	20.771,98	21.133,01
Total	22.632,78	24.303,30

12.12. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	127,94	396,71
Descontos de pronto pagamento obtidos		256,73
Outros Gastos e Perdas	300,14	300,00
Total	428,08	953,44

12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	319,07	319,77
Total	319,07	319,77
Resultados financeiros	319,07	319,77

12.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção no dia 6 de Março de 2018.

Aguada de Baixo, 6 de Março de 2018

O Contabilista Certificado n.º 33583

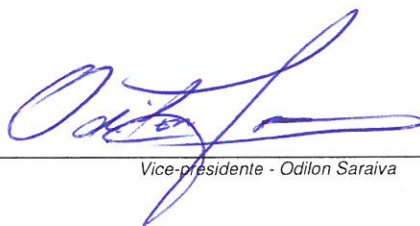


João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

A Direcção
PARAÍSO SOCIAL DE AGUADA DE BAIXO
A DIRECÇÃO



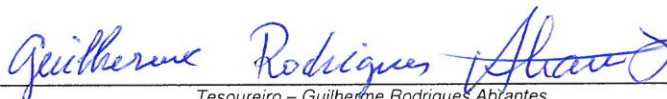
Presidente - Maria Elisa Gonçalves



Vice-presidente - Odilon Saraiva



Secretário - Anabela Maria Ferreira da Silva



Tesoureiro - Guilherme Rodrigues Abrantes



Vogal - Jorge Rodrigues Gomes

PARAISO SOCIAL DE AGUADA DE BAIXO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCICIO DE 2017

O Conselho Fiscal do Paraíso Social de Aguada de Baixo vem, nos termos estatutários, dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção relativas ao ano de 2017

Pelo acompanhamento que fizemos da actividade do Paraíso Social e pelos contactos que mantivemos com a direcção e técnicos responsáveis, tomamos conhecimento dos factos mais relevantes da vida da associação durante este ano de 2017

A Demonstração dos Resultados por Naturezas, o Balanço, o Anexo, o Relatório da Direcção e demais mapas relativos à prestação de contas do 2017, reflectem de forma apropriada e verdadeira o desempenho e a situação patrimonial do Paraíso Social de Aguada de Baixo e vêm acompanhadas pelo conjunto de informações que permitem apreciar de forma pormenorizada, a situação e evolução da sua vida económica e societária.

As contas apresentadas pela Direcção são uma evidência da situação de equilíbrio que tem marcado a gestão dos serviços prestados, com base num equilíbrio patrimonial e financeiro adequado ao desempenho dos objectivos estatutários.

O Paraíso Social é credor de um reconhecimento social, uma das melhores instituições regionais do seu género, É o desempenho de uma Direcção atenta e empanhada com um quadro de pessoal cumpridor das suas responsabilidades.

Face ao exposto somos de opinião que:

- 1- Sejam aprovados o Relatório e Contas da Direcção relativos ao ano 2017
- 2-Seja aprovado um voto de louvor à Direcção, quadros técnicos e demais pessoal, pela forma meritória como têm desempenhado as suas funções.

Aguada de Baixo, 12 de Março de 2018

Conselho Fiscal

* *Jose Fernandes Marques dos Santos*
Jose Fernandes Marques dos Santos

* *Celestino Tavares dos Reis*
Celestino Tavares dos Reis

Rogério da Silva Marçal
Rogério da Silva Marçal